

DE PORTUGAL A MACAU
FILOSOFIA E LITERATURA NO DIÁLOGO DAS CULTURAS



Universidade do Porto. Faculdade de Letras

2017

Ficha técnica

Título: De Portugal a Macau: Filosofia e Literatura no Diálogo das Culturas

Organização:

Maria Celeste Natário (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Renato Epifânio (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Carlos Ascenso André (Instituto Politécnico de Macau)

Gonçalo Cordeiro (Universidade de Macau)

Inocência Mata (Universidade de Macau/ Universidade de Lisboa)

Jorge Rangel (Instituto Internacional de Macau)

Maria Antónia Espadinha (Universidade de S. José)

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Ano de edição: 2017

ISBN: 978-989-99966-9-4

O presente livro é uma publicação no âmbito das atividades do Grupo de Investigação Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

ENTRE VAMIREH CHACON, GILBERTO FREYRE E AGOSTINHO DA SILVA: A REFLEXÃO SOBRE A LUSOFONIA ENQUANTO BLOCO GEOCULTURAL

Renato Epifânio

Instituto de Filosofia - Universidade do Porto.
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto
(351) 226 077 100 | ifilosofia@letras.up.pt

Resumo: Em diálogo com Vamireh Chacon, Gilberto Freyre e Agostinho da Silva, iremos realizar uma reflexão que se faz retrospectivamente, à luz da nossa história (de Portugal e do Brasil, sobretudo), e prospectivamente, na antecipação de como se poderá realizar, no século XXI, todo o potencial desse bloco geocultural.

Palavras-chave: Vamireh Chacon, Gilberto Freyre, Agostinho da Silva, pensar a lusofonia.

Abstract: In a dialogue with Vamireh Chacon, Gilberto Freyre and Agostinho da Silva, we will carry out a reflection that is done retrospectively, in the light of our history (of Portugal and Brazil, above all), and prospectively, in anticipation of how it can be realized, in the 21st century, the full potential of this geocultural bloc.

Keywords: Vamireh Chacon, Gilberto Freyre, Agostinho da Silva, think lusophony.

Nascido a 1 de Fevereiro de 1934, na cidade do Recife, Vamireh Chacon é um insigne pensador brasileiro com um distinto currículo: bacharel e doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife, depois Universidade Federal de Pernambuco; bacharel e licenciado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco; ex-professor assistente, adjunto e titular da Faculdade de Filosofia na mesma Universidade; desde 1975, professor titular no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde se tornou professor emérito em 2005; professor visitante em universidades estrangeiras, principalmente da Alemanha, França, Portugal, Espanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos; doutor *honoris causa* pela Universidade de Erlangen-Nuremberg, da Alemanha, e membro das mais diversas instituições.

Ao longo da sua já longa vida, é autor de mais de duas dezenas de títulos, em particular na área da Filosofia Política. Aqui, centrar-nos-emos numa sua obra publicada em Portugal (Edição Verbo, 2002), com o sugestivo título de *O futuro político da lusofonia*, composta pelos seguintes textos: “Lusofonia e Blocos Transnacionais”, “Blocos Internacionais, Mercosul e CPLP na viragem do século XX ao XXI”, “Lusofonia, Luso-Tropicalismo, Luso-Tropicologia”, “Roteiro”, “Portugal e o plano jesuíta para o Brasil”; “A Razão Atlântica: Mercosul, África do Sul e Comunidade Lusófona”, “O Oriente Lusitano: primeiros contactos Oriente-Occidente”, “O Impacto de Marco Polo”, “Revolução das Navegações: epopeia e autocrítica”, “Idealismo e realismo no Ultramar”, “Fernão Mendes Pinto e Companheiros”, “Diletantismo e paixão na redescoberta do Oriente”, “Descoberta do Oriente também pelo Brasil”, “Gilberto Freyre e o encantamento pela Arábia e Índia, e as suas antevisões da China” e “Luso-Tropicalismo e Luso-Tropicologia revisitados”.

Pelo título geral do volume – e dos artigos que o compõem –, compreende-se imediatamente o teor da obra: trata-se de uma reflexão sobre a Lusofonia enquanto bloco transnacional, reflexão que se faz retrospectivamente, à luz da nossa história (de Portugal e do Brasil, sobretudo), e prospectivamente, na antecipação de como se poderá realizar, no século XXI, todo o potencial desse bloco. Dos autores citados, salienta-se o nome de Gilberto Freyre: “dos primeiros, ainda hoje um dos poucos, a defender a lusofonia cultural, económica e política” (p. 139). E, conhecendo-se todos os preconceitos ideológicos relativos a este pensador

– vindos, tanto em Portugal como no Brasil, das correntes da dita “esquerda” –, são particularmente significativas as seguintes palavras de Mário Soares, que Vamireh Chacon refere: “Agora, passados os anos e lendo novamente Gilberto Freyre, abstraído Salazar e as guerras coloniais, aquilo que ele disse é verdadeiro. Aquilo que ele disse sobre luso-tropicalismo é verdadeiro, é uma cultura própria e temos que desenvolvê-la no futuro.” (p. 49).

*

Assim, em diálogo com Gilberto Freyre, Vamireh Chacon começa por salientar a importância da cultura – “a cultura é o que somos, a seiva do que fazemos, a civilização” (p. 40) –, no âmbito de uma reflexão particularmente lúcida sobre o fenómeno, tão contemporâneo, do multiculturalismo: “Sem eixo integrador de rotação cultural centrípeta, denominador comum, dispersam-se as contribuições multiculturalistas e fragmentam-se, recomeçando o processo de definições e agrupamento” (p. 24). Aludindo, em contraponto, às “brechas da entropia produzida por excessivo fechamento” (p. 30), Vamireh Chacon afirma pois o primado do eixo cultural sobre os eixos político, económico e social, afirmação que não poderia ser, nos dias de hoje, mais pertinente.

Daí, de resto, a sua caracterização dos grandes blocos transnacionais, que qualifica como “macroblocos geoculturais” (p. 41) e linguísticos, dado que, como expressamente defende: “mais que blocos religiosos, como pretende Samuel P. Huntington, preocupado como estado-unidense com o fundamentalismo islâmico, o mundo do século XXI tende a também, e ainda mais, a congregar-se em blocos linguísticos” (p. 133). Daí, em suma, todo o fundamento da Lusofonia enquanto macrobloco geocultural e linguístico, em que o mar não é factor de distância mas de (re)aproximação – ainda nas palavras de Vamireh Chacon: “o mar é a ponte dos Estados transnacionais” (p. 27); “todos os [países] lusófonos dispõem do mar oceano como fronteira recíproca a aproximá-los mais que a distanciá-los” (p. 81).

Referindo-se ao teor da cultura lusófona, Chacon alude a “uma razão atlântica, herdada das lusas Descobertas ultramarinas do Renascimento, quando Portugal lhe acrescentou a dimensão do coração, em vez de limitar-se ao seu frio, objectivo, racionalismo inicial. A razão atlântica luso-tropical vem revelando-se ecuménica em todos os tipos de miscigenação étnicos e culturais” (p. 81). Daí ainda o referir-se ao “ideal ou meta da miscigenação multi-étnica na morenidade lusófona prevista

e defendida por Gilberto Freyre, a Onça Castanha de Ariano Suassuna” (p. 33), dado que “foi mestiçando-se, não só em carne, mas em espírito, que o português do sonho sebástico se tornou o brasileiro de hoje” (p. 137). Daí, em suma, a sua visão do Brasil:

não centralista porque respeitadora dos foros dos municípios remontando ao domínio romano, enquanto os foros de Espanha se estendiam a regiões inteiras. Daí o único vice-reinado da América Portuguesa diante dos vários da América Espanhola (p. 32)

Uma palavra final, relativa à sua visão de Portugal – transcrevendo aqui uma obra passagem d’ *O futuro político da Lusofonia*:

O escritor e estadista Leopold Sedar Senghor, primeiro presidente do Senegal, ele próprio de ascendência afro-lusa, entendeu muito bem, apesar das naturais limitações da sua francofonia, como, “daqui para o futuro, mais consciente da sua rica singularidade, o Portugal Novo avançará numa dupla direcção; por um lado para reintegrar a Europa em construção – falo da Europa cultural – mas, por outro, para ajudar com o Brasil e elaboração de um mundo lusófono, nomeadamente ao nascimento, em África, de novos Brasis, cheios de força porque de sangue misturados e prefigurando o mundo do futuro” (p. 85).

Caso para dizer, em conclusão: lamentavelmente, Portugal não teve, nestas últimas décadas, um alto responsável político com esta visão do país e da Lusofonia.

*

A par de Vamireh Chacon e Gilberto Freyre, Agostinho da Silva é, na nossa perspectiva, o grande teórico desta via, da “via lusófona”. Em muitos textos seus, pelo menos desde os anos 50, Agostinho da Silva antecipou, com efeito, a criação de uma verdadeira comunidade lusófona¹. De tal modo que, mesmo depois de falecer, Agostinho da Silva tem sido recordado por isso. Eis, desde logo, o que aconteceu quando se instituiu a CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, conforme registámos na nossa obra *Perspectivas sobre Agostinho da Silva*:

¹ Num texto publicado no jornal brasileiro *O Estado de São Paulo*, com a data de 27 de Outubro de 1957, Agostinho da Silva havia já proposto “uma Confederação dos povos de língua portuguesa”. Num texto posterior, expressamente citado no prólogo da Declaração de Princípios e Objectivos do MIL: Movimento Internacional Lusófono, chegará a falar de um mesmo povo, de um “Povo não realizado que actualmente habita Portugal, a Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, o Brasil, Angola, Moçambique, Macau, Timor, e vive, como emigrante ou exilado, da Rússia ao Chile, do Canadá à Austrália” [“Proposição” (1974), in *Dispersos*, Lisboa, ICALP, 1989 (2ª, revista e aumentada), p. 117].

No dia 17 de Julho desse ano, criar-se-á finalmente a CPLP, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, facto que será noticiado, com destaque, na generalidade dos jornais. Na maior parte deles, realça-se igualmente o contributo de Agostinho da Silva para essa criação, por via do seu pensamento e acção. Eis, nomeadamente, o que acontece na edição desse dia do *Diário de Notícias* – como se pode ler no texto de abertura da notícia: “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, hoje instituída em Lisboa, foi premonitoriamente enunciada por Agostinho da Silva em 1956 como ‘modelo de vida’ assente ‘em tudo aquilo que (Portugal) heroicamente fez surgir do nada ou na América ou na África ou na Ásia’”. Depois, aparece a foto de Agostinho, ladeado pelas fotos de Jaime Gama e José Aparecido de Oliveira, com a seguinte legenda: “Pioneiros da CPLP: Agostinho da Silva (enunciação original), Jaime Gama (primeiro texto diplomático único dos Sete na língua comum) e Aparecido de Oliveira (formalização política da proposta).²

Sabemos que este projecto está ainda aquém, muito aquém, do sonho de Agostinho da Silva. A CPLP não é ainda uma verdadeira comunidade lusófona. Mas nem por isso – já mais de quinze anos após a sua criação – a CPLP deixou de ser um projecto em que Portugal deve apostar enquanto desígnio estratégico. De resto, se há inevitabilidades históricas, a criação da CPLP foi, decerto, a nosso ver, uma delas. Se os países se unem, desde logo, por afinidades linguísticas e culturais, nada de mais natural que os Países de Língua Portuguesa se unissem num projecto comum: para defesa da língua, desde logo, e, gradualmente, para cooperarem aos mais diversos níveis. Se estranheza pode haver quanto à criação da CPLP, decorrerá somente do facto de ter nascido tão tarde.

Como ainda hoje é reconhecido, Agostinho da Silva foi, de facto, desde os anos cinquenta, o grande prefigurador de uma

comunidade luso-afro-brasileira, com o centro de coordenação em África, de maneira que não fosse uma renovação do imperialismo português, nem um começo do imperialismo brasileiro. O foco central poderia ser em Angola, no planalto, deixando Luanda à borda do mar e subir, tal como se fizera no Brasil em que se deixou a terra baixa e se foi estabelecer a nova capital num planalto com mil metros de altitude. Fizessem a mesma coisa em Angola, e essa nova cidade entraria em correspondência com Brasília e com Lisboa para se começar a formar uma comunidade luso-afro-brasileira.³

² *Perspectivas sobre Agostinho da Silva*, Lisboa, Zéfiro, 2008, p. 108.

³ *Vida Conversável*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994, pp. 156-157.

Na sua perspectiva, assim se cumpriria essa Comunidade Lusófona, a futura “Pátria de todos nós”:

Do rectângulo da Europa passámos para algo totalmente diferente. Agora, Portugal é todo o território de língua portuguesa. Os brasileiros poderão chamar-lhe Brasil e os moçambicanos poderão chamar-lhe Moçambique. É uma Pátria estendida a todos os homens, aquilo que Fernando Pessoa julgou ser a sua Pátria: a língua portuguesa. Agora, é essa a Pátria de todos nós.⁴

Daí ainda o ter-se referido ao que “no tempo e no espaço, podemos chamar a área de Cultura Portuguesa, a pátria ecuménica da nossa língua”⁵, daí, enfim, o ter falado de uma “placa linguística de povos de língua portuguesa — semelhante às placas que constituem o planeta e que jogam entre si”⁶, base da criação de uma “comunidade” que expressamente antecipou:

Trata-se, actualmente, de poder começar a fabricar uma comunidade dos países de língua portuguesa, política essa que tem uma vertente cultural e uma outra, muito importante, económica.⁷

Prefigurando até, com esse horizonte em vista, o “sacrifício de Portugal como Nação”:

esse Império, que só poderá surgir quando Portugal, sacrificando-se como Nação, apenas for um dos elementos de uma comunidade de língua portuguesa.⁸

⁴ *Conversas com Agostinho da Silva*, Lisboa, Pergaminho, 1994, pp. 30-31. Conforme afirmou ainda: “Fernando Pessoa dizia ‘a minha Pátria é a língua portuguesa’. Um dia seremos todos — portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos, guineenses e todos os mais — a dizer que a nossa Pátria é a língua portuguesa.” [in *Dispersos*, ed. cit., p. 122].

⁵ Cf. “Presença de Portugal”, in *Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Âncora, 2000, vol. I, p. 139.

⁶ In *Dispersos*, ed. cit., p. 171.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Cf. “Um Fernando Pessoa”, in *Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, ed. cit., vol. I, p. 117.